



PROCESSO Nº: 003549/2025-TC

INTERESSADO: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – serviços de readequação de espaços físicos

DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA PARA SERVIÇOS DE READEQUAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS. VALOR INFERIOR AO LIMITE LEGAL. DOCUMENTAÇÃO INSTRUTÓRIA COMPLETA. LEGALIDADE RECONHECIDA.

I. Caso em exame

1. Pedido formulado pelo Núcleo de Manutenção do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte objetivando a contratação direta de empresa especializada para execução de serviços de readequação dos espaços físicos do nono andar do edifício-sede da Corte, com base na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista o valor estimado da contratação.

2. Instrução processual acompanhada de documento de formalização da demanda, termo de referência, justificativa de preços com pesquisa mercadológica, minuta de ordem de serviço, demonstração de disponibilidade orçamentária e minuta de termo de dispensa de licitação.

II. Questão em discussão

3. Verificação da conformidade jurídica da contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como da regularidade formal dos documentos instrutórios exigidos pelo art. 72 da referida norma.

III. Razões de opinar

4. A contratação direta fundamenta-se na hipótese legal de dispensa prevista no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, aplicável a obras e serviços de engenharia cujo valor não ultrapasse R\$ 100.000,00.

5. A instrução do feito contempla todos os elementos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, com destaque para: (i) DFD e termo





de referência; (ii) estimativa de despesa com pesquisa de preços realizada com três fornecedores distintos e válida dentro do prazo legal; (iii) justificativa para a metodologia adotada e escolha dos fornecedores; (iv) minuta de ordem de serviço apta à formalização da avença.

6. A justificativa apresentada para a não utilização de parâmetros prioritários estabelecidos no art. 23, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, encontra respaldo na Resolução nº 011/2023-TCERN, sendo suficiente para respaldar a opção metodológica adotada.

IV. Resposta

7. Manifestação pela viabilidade jurídica da contratação direta por dispensa de licitação para execução dos serviços pretendidos, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8. Opina-se pela legalidade do procedimento, ressaltando-se a competência da autoridade administrativa quanto à conveniência e oportunidade do ato.

Dispositivos relevantes citados: Constituição Federal, art. 37, inciso XXI; Lei nº 14.133/2021, arts. 23, 72 e 75, inciso I; Resolução nº 011/2023-TCERN, art. 22, § 1º.

Jurisprudência relevante citada: não houve citação de jurisprudência no parecer analisado.

PARECER Nº 423/2025 - CJ/TC

I. RELATÓRIO

1. O caderno trata de demanda apresentada pelo Núcleo de Manutenção (evento 03), em que solicita a contratação de serviços de engenharia para a readequação dos espaços físicos no edifício sede do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

2. Os autos contêm, notadamente, as seguintes peças: a aquisição tem sua



necessidade justificada no documento de formalização da demanda (DFD) (evento 04); especificações do objeto e condições de execução do objeto constam do termo de referência (evento 05); a justificativa de preço está lastreada em pesquisa mercadológica (evento 06); minuta de ordem de serviço (evento 08), indicação de disponibilidade orçamentária para dar suporte à eventual despesa (evento 13); e minuta de termo de dispensa de licitação (evento 18).

3. Em seguida, os autos foram encaminhados à CONJU para análise jurídica, na forma da Lei n.º 14.133/2021, art. 72 (evento 19).

II. FUNDAMENTAÇÃO

4. Preliminarmente, cumpre registrar que esta unidade consultiva se manifesta sob o prisma estritamente jurídico, de forma meramente opinativa, quanto às questões submetidas à sua análise e parecer, não cabendo a ela, portanto, adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade relativos à prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária da autoridade administrativa competente, a exemplo do exame de questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

5. Da análise da minuta (evento 18), observa-se que a contratação será realizada mediante dispensa de licitação. Sobre o assunto, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal estabelece que a contratação de bens e serviços pela Administração Pública será manejada por meio de processo licitatório. No entanto, o mesmo dispositivo prevê exceções legais, conforme se observa a seguir:

Art. 37. (...)

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo acrescentado)

6. No mérito, verifica-se que a possibilidade de contratação direta é fundamentada na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021:



Art. 75. É dispensável a licitação:

- I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
- (...)

7. Os documentos constantes nos autos atendem, no que se refere à espécie de contratação, às exigências do art. 72 da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

8. Destaca-se que o inciso II do supracitado artigo determina que a estimativa da despesa deve ser calculada conforme o art. 23 da mesma Lei, abaixo reproduzido:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e





contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, **adotados de forma combinada ou não**:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

9. Verifica-se que a legislação elenca procedimentos para a aferição do melhor preço, podendo ser adotados de forma combinada ou não. Ademais, a Resolução nº 011/2023-TCERN - que disciplina as licitações e contratações administrativas no âmbito do TCERN, em conformidade com as normas gerais da Lei nº 14.133/21, acrescenta em seu art. 22, § 1º, que, quanto aos procedimentos já previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/21, *“deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos”*.

10. No caso concreto, constata-se a adoção exclusiva do método delineado no inciso IV: pesquisa com, no mínimo, três fornecedores. A justificativa apresentada para a não adoção dos critérios previstos no art. 23, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/21, conforme Informação nº 121/2025-CCS nos autos (evento 09), foi a necessidade de buscar no mercado

em





presas que possam efetivamente prestar o serviço objeto da contratação, mediante a utilização de pesquisa de preços concomitante.

11. Quanto à escolha dos fornecedores consultados na pesquisa mercadológica, foram apresentados como justificativas critérios como reputação no mercado, capacidade técnica e a localização geográfica.

12. Nesse passo, ao analisar a pesquisa de preços nos autos e os orçamentos juntados (evento 06), constata-se que a pesquisa foi realizada em três empresas distintas e dentro do prazo de seis meses.

13. Por fim, analisando a minuta da ordem de serviço (evento 08), esta se revela apta a condicionar as obrigações dos contratantes e materializar a avença, assim como a minuta do termo de dispensa de licitação (evento 18).

III. CONCLUSÃO

14. Por todo o exposto, esta unidade consultiva opina pela legalidade da contratação direta de que versam os autos, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

15. Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Natal, 4 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Talita Souza Marrocos

Consultora Jurídica

OAB/RN 8.177

Matrícula 10.032-3

assinado eletronicamente

Daniel Simões B. N. de Oliveira

Consultor Jurídico

Coordenador Jurídico - Coordenadoria do
Administrativo





DESPACHO

Aprovo o Parecer nº 423/2025-CJ/TC, por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 4º, inciso I, do Anexo Único da Resolução nº 009/2015-TCE.

Remetam-se os presentes autos à Secretaria de Administração.

Assinado eletronicamente
Leonardo Medeiros Júnior
Consultor-Geral

